

# IV– POLÍTICA EXTERNA E SOBERANIA

Relações Exteriores

Defesa

---





## RELAÇÕES EXTERIORES

O engajamento internacional do Brasil vem se intensificando de forma crescente, o que tem contribuído para a sua liderança, principalmente no grupo dos países emergentes. Fortalecido por sólidas instituições democráticas e por firme trajetória de crescimento econômico sustentável com inclusão social, o País vem sabendo aproveitar, em favor dos interesses nacionais, as oportunidades abertas por um sistema internacional em transformação. Ao mesmo tempo, segue empenhado no aprofundamento da integração com os vizinhos das Américas do Sul e Latina, sua prioridade em matéria de política externa.

O incremento do prestígio do Brasil evidenciou-se pela participação nos principais foros regionais e internacionais, como o G-20, as Cúpulas G8+G5, o Ibas (Índia, Brasil e África do Sul), a Cúpula América do Sul-Países Árabes, a Cúpula África-América do Sul e os Bric (Brasil, Rússia, Índia e China), demonstrando o novo e revigorado alcance da política externa brasileira em temas centrais da agenda internacional – entre outros, paz e segurança, finanças, comércio, meio ambiente e energia. Destaca-se, ainda, o continuado processo de consolidação do Mercosul e, mais amplamente, da Unasul, revelando a dimensão concreta da prioridade que o Brasil atribui à integração com a América do Sul, a participação brasileira na criação da Celac e na realização da Caricom, que corresponde ao seu propósito de aprofundamento da integração regional.

O País sediou eventos internacionais, sob a coordenação do MRE. Entre eles, ressaltam-se o Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste, realizado em Brasília, no mês de agosto de 2007; a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, no Estado de São Paulo, em novembro de 2008; a Cúpula América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, na Costa do Sauípe, no Estado da Bahia, em dezembro de 2008; a II Cúpula Bric, a IV Cúpula Ibas e a Cúpula Brasil-Caricom, em Brasília, em abril de 2010; o III Fórum Mundial da Aliança de Civilizações, no Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2010; a IV Cúpula Brasil-União Europeia, em Brasília, em julho de 2010. O Brasil participou, também, de inúmeros foros para tratar de questões da agenda internacional. Foi o caso da Conferência de Annapolis sobre o Oriente Médio (EUA, 2007) e das conferências internacionais sobre o Iraque (Estocolmo, 2008) e sobre o Afeganistão (Haia, 2009).

Outra característica marcante da estratégia de inserção do País em um sistema internacional em transformação é a diversificação de parcerias, que se dá em complemento à intensificação das parcerias tradicionais, não apenas nas Américas do Sul e Latina, como já mencionado, mas também no mundo desenvolvido (EUA, Europa, Japão). Têm sido abertas, também, novas rotas comerciais com países com os quais o Brasil pouco se relacionava, em especial os árabes e os africanos. As políticas de diversificação de parcerias, além de conferirem substância à vocação universal de um país plural e multiétnico como o Brasil, abrem caminho para a multiplicação dos mercados brasileiros.

Uma possível medida do dinamismo da atual política externa está no número de visitas de chefes de estado, chanceleres e altas autoridades estrangeiras ao Brasil, nos atos internacionais firmados pelo País, como os acordos que criam condições para a ampliação da cooperação técnica oferecida pelo Brasil a outros países em desenvolvimento, reforçando a vertente Sul-Sul da diplomacia nacional.

Por basear sua ação diplomática no pacifismo e na visão de um mundo multipolar, o País envidou esforços para patrocinar uma ampla reforma das organizações internacionais e das instituições de Bretton Woods, de modo a conferir mais voz e voto aos países em desenvolvimento em seus processos decisórios. A diplomacia brasileira empenhou-se em avançar uma conclusão equilibrada da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, com base na percepção de que o sistema multilateral de comércio deve ser justo e equânime e levar em conta as necessidades dos países em desenvolvimento. A remoção dos injustos entraves ao comércio de produtos e serviços de interesse dos países pobres, sobretudo em agricultura, é vital para o desenvolvimento, o combate à pobreza, a inclusão social e a proteção do meio ambiente

A crescente atuação externa do Brasil refletiu-se na expansão do comércio exterior, o qual se beneficiou da atuação dos diversos postos diplomáticos. A instalação de 216 postos no exterior (novas embaixadas e consulados), entre 2003 e 2010, sobretudo na África, Ásia e América Central e Caribe, favoreceu o processo de internacionalização das empresas brasileiras, com reflexos claros não somente sobre a promoção comercial, mas também na proteção dos interesses de aproximadamente 4 milhões de brasileiros no exterior. A conjugação desses fatores resultou na necessidade de ampliação em cerca de 30% do quadro de servidores do MRE, sobretudo na carreira de diplomata, que foi acrescida de 400 novas vagas nos últimos anos.

Nesse contexto, o Governo brasileiro vem dispensando especial ênfase também ao aperfeiçoamento da prestação do serviço consular à significativa comunidade brasileira radicada no exterior e à proteção dos brasileiros em situação de risco. O processo em curso de instalação do Sistema Consular Integrado, que informatizará diversas rotinas consulares, visa precisamente tornar mais eficiente o atendimento às variadas demandas da comunidade brasileira. A magnitude dessas demandas no exterior ilustra a tendência histórica de crescimento das atividades das áreas consulares do MRE, tanto no País quanto nas repartições consulares no exterior, relativas não só à assistência a brasileiros radicados no exterior, como também ao grande contingente de turistas nacionais que elegem destinos internacionais para lazer.

A intensificação da atuação do Brasil, em escalas regional e global, nas dimensões política, econômico-comercial, consular e de cooperação, gera demandas de novos postos no exterior. Até 31 de dezembro de 2010, o Brasil deverá contar com 216 postos de representação diplomática e repartições consulares em operação.

Para atender às despesas conduzidas pelo Itamaraty, inclusive aquelas decorrentes da intensificação e multiplicação de suas atividades, estão previstos recursos da ordem de R\$ 1.130,0 milhões, em 2011.

## DEFESA

O MD vem atuando nos últimos anos em ações voltadas ao desenvolvimento nacional e em iniciativas de apoio à sociedade civil, sem comprometer a sua missão principal de manutenção da soberania e da integridade territorial.

As principais ações do MD relacionam-se, sobretudo, ao adestramento das tropas, à Missão de Paz no Haiti, à modernização de instalações militares, ao reaparelhamento das três Forças, à qualificação de recrutas (Soldado Cidadão), ao apoio à integração social (Projeto Rondon), à retomada do programa nuclear, ao desenvolvimento e à construção de submarinos, à fabricação e aquisição de 50 helicópteros e ao desenvolvimento do avião cargueiro KC-X.

No contexto de desenvolvimento e de integração nacional, o MD tem priorizado ações relacionadas ao Programa Calha Norte, que abrange 32% do território nacional, nos Estados do Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Roraima e Amazonas. As ações contam com o apoio logístico das Forças Armadas para a realização de operações que assegurem a proteção das fronteiras da região amazônica, bem como para a implantação de obras de infraestrutura, proporcionando a melhoria da qualidade de vida da população abrangida pelo PCN e a consequente fixação de sua população naquela região.

No conjunto das ações planejadas para o PCN, destacam-se a implantação de Pelotões Especiais de Fronteira e de infraestrutura em quartéis e a aquisição e manutenção de diversas embarcações, veículos e equipamentos utilizados na realização de ações cívico-sociais e patrulhas na região da Amazônia.

Com o Projeto Soldado Cidadão, a participação das três Forças Singulares tem por objetivo preparar jovens egressos do serviço militar, mediante qualificação profissional para a sua inserção no mercado de trabalho em melhores condições. Em 2011, estima-se que serão qualificados 25 mil jovens. No total, cerca de 172 mil jovens cidadãos foram beneficiados desde o lançamento do Projeto, em 2003.

O Projeto Rondon constitui-se em ação de integração social, com o trabalho voluntário de universitários e professores em regiões carentes do País, prioritariamente na Amazônia e no Nordeste, onde já beneficiou 636 Municípios. O Projeto busca aproximar estudantes da realidade do País. Os chamados rondonistas realizam atividades nas áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, produção e trabalho. Para 2010, está prevista a participação de mais 2.400 universitários e até o final do ano serão 12.196 “rondonistas” envolvidos no Projeto desde a primeira operação após a sua reativação, em 2005. Para 2011, deverão incorporar-se a esse contingente mais 2.500 novos rondonistas.

O MD vem atuando decisivamente em diversas iniciativas que envolvem a prestação de ajuda humanitária, inclusive a outros países, como no caso do Peru, quando parte de sua população foi severamente atingida por fortes chuvas; do Haiti, por ocasião dos terremotos que o assolaram; do Chile, também em virtude dos fortes terremotos; na operação de resgate dos destroços do Voo 447, da Air France, entre outras.

No Brasil, destacam-se as operações de ajuda às populações dos Estados de Santa Catarina, Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro, em razão das chuvas e enchentes que se abateram sobre essas regiões. Nas ações cívico-sociais, conduzidas por operações militares, são levados à população local tratamento médico e odontológico, apoio a atividades de incentivo ao exercício da cidadania e cooperação com as que promovam o desenvolvimento humano. São executados serviços de conservação de escolas e prestado apoio à infraestrutura local, integrando ou complementando ações de outras entidades assistenciais.

As tropas brasileiras vêm participando da Minustah, de forma a garantir a segurança e a estabilidade da população do Haiti, tendo seu efetivo atingido o quantitativo de 2 mil homens, a partir do exercício de 2010, em face das necessidades adicionais, decorrentes dos efeitos dos terremotos que assolaram o

país em janeiro deste ano. Como parte do efetivo que integra a Missão, a Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro vem realizando naquele país obras de construção e recuperação de estradas e vias públicas, perfuração de poços, urbanização e outros trabalhos de ajuda humanitária.

No que diz respeito aos serviços desenvolvidos pela Companhia de Engenharia do Exército Brasileiro, merece destaque a sua participação em importantes obras de infraestrutura também no Brasil, principalmente naquelas que compõem o PAC, voltadas à ampliação e modernização de aeroportos, construção e pavimentação de rodovias, entre outras.

O MD, juntamente com diversas outras instituições de pesquisa do País, participa do Proantar, por meio de apoio logístico, e do desenvolvimento de pesquisas, cujo objetivo é conhecer a influência dos fenômenos antárticos sobre áreas territoriais e marítimas brasileiras. Um dos principais reflexos dessa pesquisa é a melhoria constante da previsão meteorológica feita pelo Inpe, que mantém equipe permanente na Estação Antártica Comandante Ferraz, a qual beneficia a todos os setores que necessitam de informação confiável sobre o clima.

O Proantar é, atualmente, um instrumento de projeção da imagem do País no cenário mundial e de demonstração, junto à Comunidade Internacional, de seu firme interesse naquele Continente, garantindo-lhe a participação no processo de discussão sobre o futuro da região.

Destaca-se, ainda, que, em 2010, o MD deu início à efetiva implantação das ações objeto da Estratégia Nacional de Defesa, aprovada pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, cuja atuação envolve três eixos: reorganização das Forças Armadas; reestruturação da indústria brasileira de material de defesa; e política de composição de efetivos das Forças.

No campo operacional, orientado pelo Pemaer, a FAB tem empreendido esforços na modernização e na adequação de sua infraestrutura, de forma a comportar a incorporação de novos equipamentos, bem como a revitalização dos existentes. O Pemaer permitiu o estabelecimento de prioridades na execução de atividades, em todos os níveis organizacionais, inerentes ao cumprimento da missão da Aeronáutica.

O Pemaer estabelece objetivos estratégicos para o período de 2009 a 2030 e define os projetos necessários para alcançá-los. Contempla, principalmente, entre outras iniciativas relevantes, a aquisição e a produção de 50 helicópteros de transporte e de ataque (H-X BR), fruto do acordo com a França, cuja produção ocorrerá no Brasil, o que permitirá a apropriação de conhecimentos intrínsecos ao projeto e a troca de experiência e informações técnicas entre os dois países; a aquisição de aeronaves de caça e de reconhecimento; e o desenvolvimento do cargueiro KC-X 390, para transporte de tropas, paraquedistas e carga de até 20 toneladas, com capacidade para operar em todo o território nacional e possibilidade de ser reabastecido em voo. O cargueiro, desenvolvido e montado em conjunto com a Embraer, possibilitará ao País atuar no mercado de aeronaves militares de grande porte, em condições de competitividade.

O MD, sob a coordenação do Estado-Maior de Defesa, realiza exercícios de adestramento combinado com as três Forças, o que, além de elevar o grau de integração, garante a eficiência operacional dos meios militares. Essas operações têm foco no controle dos tráfegos aéreo, fluvial e terrestre, com a participação de órgãos federais, estaduais e municipais, nas regiões de fronteira, contribuindo para reduzir o fluxo ilegal de armas e drogas para os grandes centros urbanos, assim como o descaminho, a extração ilegal e a evasão de riquezas naturais brasileiras.

Ainda em 2011, será implementado o Centro Conjunto de Operações de Paz no Brasil, por mudança de denominação do Centro de Operações de Paz, do Exército Brasileiro, com base na END, que se tornará referência nacional e internacional na preparação de militares e civis que venham a participar de Operações de Paz.

O Exército tem focado sua atuação no aumento da capacidade operacional da Força Terrestre, mediante o desenvolvimento e adequação de instalações de organizações militares. Para a implantação dessas organizações em terras indígenas, foi elaborado o Plano Amazônia Protegida, no qual, entre outros objetivos, está prevista a instalação de diversos Pelotões Especiais de Fronteira.

Para o cumprimento de sua missão institucional, o Exército Brasileiro vem incorporando cerca de 70 mil recrutas ao ano, possibilitando a formação de contingente de reservistas, além de permitir a instrução e formação de jovens no serviço militar.

A MB prossegue com a implementação do programa de revitalização de seu arsenal, com vistas a recuperar a sua capacidade plena até 2017, bem como com a manutenção dos meios navais e aeronavais e de fuzileiros, no sentido de alcançar o adequado estado de prontidão operativa. O Programa Nuclear, além da aplicação militar, apresenta inegáveis benefícios às áreas tecnológica e social, com o desenvolvimento de sistemas e materiais que contribuem para a diversificação da matriz energética brasileira e representam acréscimo de poder dissuasório à defesa naval do País.

Com o desenvolvimento do ciclo de combustível e do protótipo do reator nuclear, cuja conclusão está prevista para 2014, a MB busca dotar a Esquadra Brasileira com o primeiro submarino a propulsão nuclear. Nesse sentido, o Brasil, em parceria estratégica com a França, criou o Prosub, que compreende a implantação de um estaleiro e de uma base de submarinos em Itaguaí, no Estado do Rio de Janeiro, e a construção de quatro submarinos convencionais e de um com propulsão nuclear.

A principal característica do Prosub está na transferência de tecnologia que preencherá a lacuna existente para a obtenção de um submarino à propulsão nuclear integralmente concebido, projetado e construído no País. A planta propulsora nuclear será de total responsabilidade brasileira e a transferência de tecnologia trará grandes benefícios à nossa indústria de defesa.

No PLOA -2011, estão assegurados R\$ 59,8 bilhões para o Ministério da Defesa, dos quais R\$ 14,0 bilhões são para custeio e investimentos (despesas discricionárias, incluindo recursos de doações e convênios), evidenciando a prioridade que vem sendo conferida à área, como mostra o gráfico a seguir:

**Gráfico 19 – Evolução dos Gastos com Ações de Defesa (em bilhões)**



